

Murillo Gutier
Santo Gutier

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL



Manuais

São Paulo
2020



Copyright© 2020 by Murillo Gutier & Santo Gutier

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

1170699

G995

Gutier, Murillo

Manual de direito processual civil / Murillo Gutier, Santo Gutier. – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020.

982 p.

ISBN: 978-85-9477-456-9

1. Direito. 2. Processual Civil. I. Título.

CDU: 347.9

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empòrio do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Nove de Julho nº 3228, sala 404, ed. First Office Flat

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01406-000

www.tirant.com/br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	29
PARTE I - PARTE GERAL DO CPC DE 2015	
CAPÍTULO 1 - DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS	31
1.1. CONTEXTO: A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E O DIREITO PROCESSUAL	31
1.1.1. Contexto da Constitucionalização: <i>Irradiação das normas constitucionais</i>	31
1.1.2. Formas de constitucionalização	33
1.1.3. O fenômeno no Brasil	36
1.2. PRINCÍPIOS E REGRAS	37
1.2.1. Contexto: Princípios, regras e postulados	37
1.2.2. Princípios	37
1.2.3. Regras	39
1.2.4. Postulados	40
1.2.5. Princiologia processual	42
1.3. O DEVIDO PROCESSO LEGAL	42
1.4. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL OU DO ACESSO À JUSTIÇA	44
1.4.1. Direito à tutela efetiva	46
1.4.2. Direito à assistência jurídica integral	47
1.5. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO	47
1.5.1. Dimensão Formal	47
1.5.2. Dimensão Substancial	48
1.5.3. O conteúdo do artigo 9º do CPC de 2015	48
1.5.4. Entendimento do STF e sua influência na postura <i>COOPERATIVA</i> do <i>JUIZ</i> ..	50
1.6. DIREITO À AMPLA DEFESA	53
1.7. DIREITO FUNDAMENTAL À PROVA	54
1.8. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	56
1.9. O SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DA “IGUALDADE” OU PARIDADE DE ARMAS	57
1.10. IMPARCIALIDADE DO <i>JUIZ</i>	58
1.11. O PRINCÍPIO DO <i>JUIZ</i> NATURAL	59
1.12. O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	60
1.13. PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES	64
1.14. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO SISTEMA PROCESSUAL CIVIL	66
1.14.1. Da Boa-fé objetiva no Direito privado e sua incidência no Direito Processual Civil ..	67
1.14.2. As Funções da Boa-fé objetiva	68
1.14.3. A função interpretativa da boa-fé objetiva	69
1.14.4. A função restritiva de direitos: a coibição do abuso de direito	69
1.14.5. A função criadora de deveres de conduta	70
1.14.6. Do <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i> : a proibição de comportamento contraditório	72
1.14.7. <i>TU QUOQUE</i>	73
1.14.8. Da <i>SUPPRESSIO (VERWIRKUNG)</i> e da <i>SURRECTIO</i>	74
1.15. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	75

1.16. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PROCESSUAL A PARTIR

DO ARTIGO 8º 77

1.17. PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO 78

1.18. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO 79

1.19. O CPC DE 2015 E OS PRINCÍPIOS ACIMA DESCRITOS: ESQUEMA.. 80

CAPÍTULO 2

COMPETÊNCIA..... 81

2.1. SOBRE A JURISDIÇÃO 81

2.2. QUESTÕES ESTRUTURAIS DO CPC DE 2015..... 81

2.3. ABORDAGEM CONCEITUAL..... 81

2.4. ESFERAS DA JUSTIÇA 82

2.5. PRINCÍPIOS PRÓPRIOS 83

2.5.1. Princípio do Juiz Natural 83

2.5.2. Princípio da Tipicidade da Competência 84

2.5.3. Princípio da Indisponibilidade da Competência 84

2.5.4. *“KOMPETENZKOMPETENZ”*: a regra fundamental da competência 85

2.5.5. Princípio da competência adequada 85

2.5.5.1. Primeira premissa: o sistema permite a existência de “Foros Concorrentes” 85

2.5.5.2. Segunda premissa: o *Forum Shopping* 85

2.5.5.3. Terceira premissa: o *contraponto: Forum Non Conveniens* | *“foro não conveniente”* 86

2.5.5.4. O princípio da competência adequada *propriamente dita* 86

2.6. FONTES PARA A ATRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA 87

2.7. CONCRETIZAÇÃO E PERPETUAÇÃO DA COMPETÊNCIA 88

2.7.1. Momento da fixação da competência 88

2.7.2. Pressupostos para a *perpetuatio jurisdictionis* 89

2.8. CLASSIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA 90

2.8.1. “Competência Internacional”: limites de atuação da *jurisdição brasileira* 90

2.8.2. Competência Originária e derivada 92

2.8.3. Competência Absoluta e relativa 93

2.8.4. Competência funcional 96

2.8.4.1. Competência Funcional Horizontal 97

2.8.4.2. Competência Funcional Vertical 97

2.8.5. Competência Objetiva 97

2.8.5.1. *As partes* e sua influência na competência 97

2.8.5.2. O *pedido* e sua influência na competência 98

2.8.5.3. A Cauda de pedir e sua influência na competência 98

2.8.6. Competência Territorial 98

2.8.6.1. Regra Geral do Sistema 99

2.8.6.2. Exceções ao sistema 99

2.9. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL 102

2.9.1. Visão geral: artigo 108 e 109 da Constituição Federal 102

2.9.2. Competência dos Tribunais Regionais Federais 103

2.9.2.1. Competência Originária do TRF 103

2.9.2.1.1. Conflitos de Competência 103

2.9.2.1.2. Ação rescisória 104

2.9.2.1.3. *Mandado de Segurança e Habeas Data* 104

2.9.2.2. Competência Derivada: *recursal* 104

2.9.3. Competência da Justiça Federal de 1º grau 104

2.9.3.1. Competência em Razão da Pessoa 104

2.9.3.1.1. Descrição textual no artigo 109 da CF/88 104

2.9.3.1.2. A hipótese das *Súmulas* 150, 224 e 254 do STJ 106

2.9.3.1.3. Causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País	106
2.9.3.1.4. Competência em face de "ato" de "autoridade federal"	107
2.9.3.2. Competência em Razão da Matéria.	108
2.9.3.2.1. Incidente de deslocamento de competência – IDC: causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º do Artigo 109	108
2.9.3.2.2. Causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização	109
2.9.3.2.3. Causas versando sobre direitos indígenas	109
2.9.3.3. Competência Funcional dos Juízes Federais.	109
2.9.3.4. Competência delegada	110
2.10. CAUSAS DE MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA.	110
2.11. CONFLITO DE COMPETÊNCIA	114
2.12. DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	117
2.12.1. Competência da autoridade judiciária brasileira	117
2.12.2. Competência exclusiva	117
2.13. DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.	118
2.13.1. Propósito da cooperação internacional	119
CAPÍTULO 3 - ATORES PROCESSUAIS.	121
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.	121
3.2. O MAGISTRADO.	122
3.2.1. Poderes conferidos pelo artigo 139	122
3.2.2. Responsabilidade civil do juiz	124
3.2.3. O ato de julgar	125
3.2.4. Controle da simulação processual	125
3.3. DO MINISTÉRIO PÚBLICO: FISCAL DA ORDEM JURÍDICA	125
3.4. DA ADVOCACIA PÚBLICA	126
3.5. DA DEFENSORIA PÚBLICA	126
3.6. DA ATUAÇÃO DOS AUXILIARES DO JUÍZO.	127
3.7. DA ESPECIAL CONDIÇÃO DO ADVOGADO	127
3.8. DO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO APOIO TÉCNICO E JURÍDICO ..	128
3.9. LITISCONSÓRCIO	128
3.9.1. Litisconsórcio: <i>o que vem a ser?</i>	128
3.9.2. Cabimento	129
3.9.3. Classificação usual doutrinária	129
3.9.3.1. Quanto à posição dos litisconsortes	130
3.9.3.2. Quanto ao momento de formação	130
3.9.3.3. Quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação	130
3.9.3.4. Quanto à existência ou não de uniformidade decisória: alcance dos efeitos	131
3.9.4. Regime jurídico do litisconsórcio	132
3.9.4.1. Características do litisconsórcio necessário	132
3.9.4.1.1. As consequências da falta de litisconsórcio necessário	132
3.9.4.2. Relação entre as diferentes espécies de litisconsórcio	133
3.9.4.3. Litisconsórcio necessário	134
3.9.4.4. Litisconsórcio facultativo e unitário	134
3.9.4.5. Litisconsórcio ativo necessário.	134
3.9.5. Litisconsórcio <i>multitudinário</i> : limitação do número de litisconsortes	135
3.9.6. Quadro sinótico	136
3.10. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	137
3.10.1. O que vem a ser intervenção de terceiros?	137
3.10.2. Controle jurisdicional da intervenção	138
3.10.3. Efeitos da Intervenção de terceiro	139
3.10.4. Classificação	139
3.10.5. Assistência.	140

3.10.5.1. Assistência Simples	141
3.10.5.1.1. Considerações gerais	141
3.10.5.1.2. Poderes do assistente simples	142
3.10.5.1.3. Atos proibidos ao assistente simples	143
3.10.5.1.4. Demais aspectos importantes	143
3.10.5.2. Assistência Litisconsorcial	144
3.10.5.2.1. Requisitos para a assistência litisconsorcial	145
3.10.5.2.2. Poderes do assistente litisconsorcial	145
3.10.5.2.3. Proibições	146
3.10.6. Chamamento ao processo	146
3.10.7. Denúnciação da Lide	147
3.10.8. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	150
3.10.8.1. Premissas de Direito Material	150
3.10.8.2. Notas sobre a MP n. 881/19	153
3.10.8.3. Aspectos processuais	154
3.10.9. <i>Amicus curiae</i>	155
3.10.10. Alegação de ilegitimidade	159
3.10.11. Intervenção anômala	159
3.11. SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES	160
CAPÍTULO 4 - ESTRUTURA PROCEDIMENTAL DO CPC DE 2015	161
4.1. QUESTÕES ESTRUTURAIS	161
4.2. MODELO COOPERATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROCEDIMENTO	162
4.2.1. Premissas	163
4.2.2. Âmbito de incidência dos deveres na sistemática processual civil de 2015	164
4.2.2.1. Abordagem <i>consequencialista</i> da “não cooperação”	165
4.2.2.2. Da fundamentação da decisão que aplica a penalidade e presunção relativa de boa-fé objetiva	167
4.2.2.3. Do cumprimento das ordens judiciais (Artigo 77, IV do CPC)	168
4.2.2.4. Das consequências da prática do ato atentatório ao exercício da jurisdição	169
4.2.2.5. Exigibilidade	169
4.2.2.6. <i>Contempt of Court</i> e a Fazenda Pública	169
4.2.2.7. A Jurisprudência do STJ	170
4.2.2.8. Expressões injuriosas	170
4.2.2.9. Responsabilidade das <i>partes</i> por litigância de má-fé	170
4.2.2.10. Responsabilidade das <i>partes</i> por dano processual	171
4.2.3. O modelo cooperativo de processo e o <i>juiz</i>	172
4.2.3.1. Dever de consulta	172
4.2.3.2. Dever de esclarecimento	173
4.2.3.3. Dever de proteção ou de prevenção	173
4.3. ESTABILIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO: A PRECLUSÃO	173
4.3.1. Preclusão temporal	174
4.3.2. Preclusão consumativa	174
4.3.3. Preclusão lógica	175
4.3.4. Preclusão e questões de ordem pública	176
4.4. PROCEDIMENTO COMUM NO CPC DE 2015	177
4.4.1. Representação esquemática	177
4.4.2. Fases do processo	178
4.4.2.1. Fase postulatória	178
4.4.2.2. Fase organizatória	178
4.4.2.3. Fase probatória ou instrutória	178
4.4.2.4. Fase decisória	179
4.5. COGNIÇÃO JURISDICCIONAL	179
4.5.1. Cognição horizontal	181
4.5.1.1. Cognição limitada	181

4.5.1.2.	Cognição plena	181
4.5.2.	Cognição vertical	182
4.5.2.1.	Cognição exauriente	182
4.5.2.2.	Cognição sumária	182
4.5.3.	Procedimento, cognição e verdade processual	183
4.6.	ATOS PROCESSUAIS	184
4.6.1.	Considerações gerais sobre os atos processuais	184
4.6.2.	Atos processuais decisórios	186
4.6.3.	Atos processuais das <i>partes</i>	187
4.6.4.	Aspecto temporal dos atos processuais	189
4.6.4.1.	Prazos legais e <i>prazos</i> judiciais	189
4.6.4.2.	Prazo comum e <i>prazo</i> sucessivo	190
4.6.4.3.	Da Determinação dos <i>prazos</i>	190
4.6.4.4.	Prazos para o juiz (em dias) e para o Escrivão (em horas)	191
4.6.4.5.	Prazo para o advogado e <i>partes</i> em dias e em minutos	191
4.6.4.6.	Da contagem dos <i>prazos</i> Dias úteis: Art. 219 do CPC de 2015	192
4.6.4.7.	Marco inicial da contagem do <i>prazo</i>	192
4.6.4.8.	Das Férias Forenses	194
4.6.4.9.	Contagem dos <i>prazos</i> no processo eletrônico	194
4.6.4.10.	Do Prazo em dobro: <i>para os Advogados Públicos e Defensores Públicos, Ministério Público e Litisconsórcio com escritórios diferentes</i>	195
4.6.4.11.	Diferença entre suspensão e interrupção do <i>prazo</i>	196
4.6.4.12.	Do ato praticado antes ou depois do vencimento do <i>prazo</i>	196
4.6.4.13.	Principais Prazos no Processo Civil: Prazos de Interesse dos Advogados:	197
4.7.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	198
4.7.1.	Cumprimento dos atos processuais	198
4.7.2.	Das Cartas	199
4.7.3.	Citação e Intimação (importância e diferenças)	200
4.7.4.	Intimação pessoal	200
4.7.5.	Intimação no Processo Físico	201
4.7.6.	Do Processo Eletrônico/digital e de sua prática processual	201
4.7.7.	Intimação no Processo Eletrônico	203
4.8.	ADAPTABILIDADE PROCEDIMENTAL: AS CONVENÇÕES PROCESSUAIS	205
4.8.1.	Contexto	205
4.8.2.	Ideia: <i>possibilidade de adaptação do procedimento conforme a acordo entre as partes</i>	206
4.8.3.	Conceito	207
4.8.4.	Utilidade das convenções processuais	208
4.8.5.	Classificação dos Negócios jurídicos processuais	209
4.8.5.1.	Negócios sobre o objeto litigioso e negócios sobre o procedimento e prerrogativas processuais	209
4.8.5.2.	Negócios processuais típicos e atípicos	210
4.8.6.	Limites	213
4.8.7.	O <i>JUIZ</i> e as convenções processuais	213
4.8.8.	Quanto ao momento da celebração	214
4.8.9.	Validade dos negócios processuais	215
4.8.10.	Ministério público	216
4.8.11.	Fórum permanente de processualistas civis / fppc	216
4.9.	NULIDADES: DOS ATOS PROCESSUAIS E PROCEDIMENTO	218
4.9.1.	Classificação de Galeno Lacerda	219
4.9.2.	Classificação de Calmon de Passos	219
4.9.3.	Classificação de Cintra, Dinamarco e Grinover	220
4.9.4.	Teoria das nulidades e suas consequências	220
4.9.5.	Princípios referentes às nulidades	221

4.9.5.1.	Princípio da <i>causalidade</i>	222
4.9.5.2.	Princípio da <i>economia processual</i>	222
4.9.5.3.	Princípio da <i>instrumentalidade das formas</i>	223
4.9.5.4.	Princípio do <i>interesse</i>	223
4.10.	DA SUSPENSÃO DO PROCEDIMENTO	224
4.11.	DA EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO	226
4.12.	REPERCUSSÃO ECONÔMICA DO PROCESSO DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS	228
4.12.1.	Contexto	228
4.12.2.	Do ônus financeiro do processo: custas e despesas Processuais	228
4.12.3.	Dos honorários advocatícios	229
4.12.3.1.	Aspectos gerais e específicos	229
4.12.3.2.	Do cálculo dos honorários na indenização por ato ilícito	231
4.12.3.3.	Do cálculo dos honorários recursais	232
4.12.3.4.	Demais aspectos quanto aos honorários advocatícios	232
4.12.3.5.	Fator de impacto do sistema de 2015	234
4.12.5.1.	O CPC de 2015 e a Lei 1060/50	235
4.12.5.2.	Âmbito de atuação da Gratuidade da Justiça	236
4.12.5.3.	Assistência judiciária gratuita e a perícia	240
4.12.4.	As multas	234
4.12.5.	Da gratuidade da justiça	235

PARTE II - PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO 5 - FASE POSTULATÓRIA

5.1.	DA PETIÇÃO INICIAL	242
5.1.1.	Considerações importantes	242
5.1.1.1.	Estar representado por um advogado	243
5.1.1.2.	Da Ética e Transparência do Advogado	244
5.1.1.3.	Da Renúncia aos poderes e da revogação do mandato	244
5.1.1.4.	Verificar qual o tipo de processo cabível	245
5.1.2.	Estrutura da petição inicial	245
5.1.2.1.	Linguagem e visualização	245
5.1.2.2.	Pagamento das custas processuais iniciais e finais	248
5.1.3.	Requisitos da petição inicial	248
5.1.3.1.	O Juízo a que é dirigida	249
5.1.3.2.	Qualificação completa das <i>partes</i>	250
5.1.3.3.	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido	251
5.1.3.4.	O pedido com suas especificações	253
5.1.3.5.	O valor dado à causa	254
5.1.3.6.	Indicação das provas	254
5.1.3.7.	Indicação de opção pela realização ou não da audiência de conciliação e mediação	255
5.1.4.	O cerne da pretensão: o <i>pedido</i>	256
5.1.4.1.	Pedido Certo	257
5.1.4.2.	Pedido determinado	257
5.1.4.3.	Pedido não determinado: genérico, mas quantificável	257
5.1.4.4.	Pedido Alternativo	258
5.1.4.5.	Pedido Subsidiário ou Sucessivo	258
5.1.4.6.	Pedido de Prestações Periódicas	259
5.1.4.7.	Pedido de Obrigação Indivisível	259
5.1.4.8.	Pedidos Cumulados	259
5.1.4.9.	Interpretação dos pedidos	261
5.1.5.	Da alteração do pedido e a <i>estabilização</i> do processo	261
5.1.6.	Resumo	262
5.2.	DA TUTELA PROVISÓRIA URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA	266
5.2.1.	Panorama geral	266

5.2.2.	Tutela de Urgência	268
5.2.2.1.	Contexto	268
5.2.2.2.	Fundamento de Existência da tutela provisória	269
5.2.2.3.	Características da tutela provisória urgente	269
5.2.2.3.1.	Cognição sumária	269
5.2.2.3.2.	Provisoriedade	271
5.2.2.3.3.	Revogabilidade	272
5.2.2.3.4.	Tutelas provisórias de urgência – Traços marcantes	272
5.2.2.3.5.	Requerimento expresso do postulante	273
5.2.2.3.6.	Pressupostos positivos e negativos	274
5.2.2.4.	Poderes do juiz	275
5.2.2.5.	Possibilidade de concessão	275
5.2.2.6.	Da Tutela provisória urgente <i>cautelar e suas características</i>	276
5.2.2.6.1.	Perigo de dano	276
5.2.2.6.2.	Probabilidade do direito à tutela do direito material	276
5.2.2.6.3.	Temporiedade	276
5.2.2.6.4.	Não-satisfação	277
5.2.2.6.5.	Instrumentalidade	277
5.2.2.6.6.	Referibilidade	277
5.2.2.6.7.	Cautelaridade e não-preventividade	277
5.2.2.6.8.	Formas de efetivação da <i>tutela cautelar</i> Poder geral de cautela?	278
5.2.3.	Da responsabilidade das <i>partes</i> por dano processual	279
5.2.4.	Liquidação dos danos	279
5.2.5.	<i>Tutela antecipada</i> : requerida em caráter antecedente	280
5.2.5.1.	Tutela Antecipada Concedida visão geral	282
5.2.5.1.1.	Estabilidade da tutela antecipada e sua “ <i>preclusão estabilizadora</i> ”	282
5.2.6.	<i>Tutela cautelar</i> : procedimento do requerimento em caráter antecedente	285
5.2.6.1.	Aspectos Procedimentais da tutela cautelar	286
5.2.6.2.	Cessaçã da <i>eficácia da medida cautelar</i>	286
5.2.6.3.	● indeferimento da <i>tutela cautelar</i>	287
5.2.7.	Fungibilidade das medidas cautelares e antecipadas	287
5.2.8.	Da tutela provisória deferida contra a Fazenda Pública	288
5.2.9.	Da tutela da evidência no Novo CPC	288
5.3.	ADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO INICIAL: POSTURAS DO JUIZ	
	<i>DIANTE DA EXORDIAL</i>	290
5.3.1.	Panorama geral	290
5.3.2.	Emenda da Petição inicial	291
5.4.	CITAÇÃO	293
5.4.1.	Contexto	293
5.4.2.	Conceito de Citação	294
5.4.3.	Importância Prática	294
5.4.4.	Regras gerais da citação	296
5.4.5.	A citação da pessoa jurídica	297
5.4.6.	Cadastro das grandes empresas públicas e privadas no cadastro de sistema de processos em autos eletrônicos	297
5.4.7.	Proibições quanto à citação	297
5.4.8.	Efeitos da citação	298
5.4.8.1.	Indução à Litispendência	298
5.4.8.2.	Torna litigiosa a coisa	299
5.4.8.3.	Constitui o devedor em mora	299
5.4.8.4.	Interrompe o curso da prescrição	300
5.4.9.	Classificação da Citação	301
5.4.9.1.	Citações pessoais/reais	301
5.4.9.1.1.	Citação através do correio	301
5.4.9.1.2.	Citação por mandado, através de oficial de justiça	302
5.4.9.2.	Citação ficta	302
5.4.9.2.1.	Citação com dia e hora certos	303
5.4.9.2.2.	Citação por edital	304

5.4.9.3.	Citação por meio eletrônico	304
5.5.	DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....	305
5.5.1.	Contexto: “Justiça Multiportas”	305
5.5.2.	Da audiência de conciliação ou de mediação.....	307
5.5.3.	Finalidade única da audiência de conciliação	307
5.5.4.	Conciliação compulsório-coercitiva	309
5.5.5.	Mediação e conciliação.....	310
5.5.5.1.	Contexto.....	310
5.5.5.2.	“Princípios norteadores”	310
5.5.5.2.1.	Autonomia da vontade	311
5.5.5.2.2.	Independência	311
5.5.5.2.3.	Imparcialidade	312
5.5.5.2.4.	Confidencialidade.....	312
5.5.5.2.5.	Oralidade	312
5.5.5.2.6.	Informalidade.....	312
5.5.5.2.7.	Decisão informada	313
5.5.5.2.8.	Normalização do conflito	313
5.5.5.2.9.	Empoderamento.....	313
5.5.5.2.10.	Validação	313
5.5.5.2.11.	Boa-fé objetiva	313
5.6.	DEFESA OU RESPOSTA DO RÉU: DA CONTESTAÇÃO, EXCEÇÕES, IMPUGNAÇÕES E RECONVENÇÃO.....	314
5.6.1.	Contexto do CPC de 2015	314
5.6.1.1.	Das arguições: exceções	315
5.6.1.2.	Preliminar de Incompetência Relativa	316
5.6.1.3.	Preliminar de cláusula abusiva na eleição de foro nas relações de consumo	316
5.6.1.4.	Exceções de Impedimento ou de Suspeição tiradas contra o Juiz, Membro do Ministério Público e Escrivão.....	317
5.6.1.5.	Arguição de Impedimento e Suspeição	317
5.6.1.6.	Da suspeição e impedimento detectados antes da audiência de conciliação	317
5.6.1.7.	Da Postura do magistrado nestes casos	318
5.6.2.	Quanto às Preliminares: <i>Defesas Dilatórias e Peremptórias</i>	318
5.6.2.1.	Não existência ou Nulidade de Citação	318
5.6.2.2.	Da Incompetência absoluta e relativa	319
5.6.2.3.	Incorreção do Valor dado a causa	320
5.6.2.4.	Da Inépcia da petição inicial	320
5.6.2.5.	Da Perempção.....	321
5.6.2.6.	Litispendência.....	321
5.6.2.7.	Coisa Julgada ou Caso Julgado	321
5.6.2.8.	Conexão	322
5.6.2.9.	Incapacidade de <i>parte</i> , defeito de representação ou falta de autorização	322
5.6.2.10.	Convenção de arbitragem	322
5.6.2.11.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual	323
5.6.2.12.	Falta de caução ou outra prestação que a lei exige como preliminar.....	323
5.6.3.	Impugnação à Indevida concessão da Justiça Gratuita	323
5.6.4.	Alegação de Ilegitimidade do <i>réu</i>	324
5.6.5.	Da Contestação propriamente dita	324
5.6.5.1.	Sobre as preliminares	325
5.6.5.2.	Quanto as Exceções/Arguições	325
5.6.5.3.	Sobre a defesa de mérito	325
5.6.5.3.1.	Ônus da defesa especificada	326
5.6.5.3.2.	Defesas diretas e indiretas quanto ao mérito.....	326
5.6.5.3.3.	Do Princípio da eventualidade Pedido subsidiário.....	326
5.6.5.3.4.	Das impugnações ofertadas no <i>prazo</i> e na peça de contestação	326
5.6.5.4.	Impugnação por incorreção ao valor dado à causa	327
5.6.5.5.	Impugnação à concessão indevida da justiça gratuita.....	327
5.6.5.6.	Arguição de falsidade documental.....	327
5.6.5.7.	Questões relativas ao foro de eleição em cláusula abusiva	327
5.6.6.	Da reconvenção	328

5.6.6.1.	Pressupostos da Reconvenção	328
5.6.6.2.	Processamento da reconvenção	329
5.6.6.3.	Diferença entre contestação e reconvenção	329
5.7.	REVELIA	329
5.7.1.	Âmbito de incidência	329
5.7.2.	Resumindo a questão da revelia e seus efeitos	331
5.7.3.	“Revelia” por incontrovérsia: <i>não impugnação especificada da contestação</i>	332
CAPÍTULO 6 - FASE ORGANIZATÓRIA/SANEADORA.		333
6.1.	PRIMEIRAS PALAVRAS SOBRE A FASE	333
6.2.	AS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES	333
6.3.	JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	335
6.4.	DO JULGAMENTO ANTECIPADO <i>PARCIAL</i> DO MÉRITO	336
6.5.	DO SANEAMENTO PROPRIAMENTE DITO.	337
6.5.1.	Saneamento ordinário do magistrado	339
6.5.2.	Do saneamento compartilhado	339
6.5.3.	Preclusão e esclarecimentos no saneamento compartilhado	340
6.5.4.	Saneamento Consensual sobre questões de fato e de direito	340
6.5.5.	Relação de testemunhas	341
6.5.5.1.	Prazo para as <i>partes</i> arrolarem testemunhas	341
6.5.6.	Das pautas de audiência: intervalos de uma hora.	342
CAPÍTULO 7 - FASE PROBATÓRIA		343
7.1.	ABORDAGEM CONCEITUAL.	343
7.2.	A LÓGICA DAS PROVAS EM PROCESSO CIVIL	344
7.3.	ESTRUTURA	345
7.4.	ETAPAS DA ATIVIDADE PROBATÓRIA	347
7.5.	PODERES INSTRUTÓRIOS DO <i>JUIZ</i>	349
7.6.	PRINCÍPIOS REGENTES DAS PROVAS	350
7.6.1.	Livre convencimento motivado?	350
7.6.2.	Comunhão das provas	351
7.6.3.	Verdade formal	351
7.6.4.	Princípios regentes às provas orais	352
7.6.5.	Direito constitucional à prova.	352
7.7.	ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS.	354
7.7.1.	Atos probatórios inúteis	355
7.7.2.	Proibição de provas ilegais.	355
7.7.3.	Admissibilidade de provas ilícitas	357
7.7.4.	Admissibilidade da prova emprestada	358
7.8.	ÔNUS DA PROVA	359
7.8.1.	Regra: o ônus é de quem afirma fato em juízo.	359
7.8.2.	Ônus da prova subjetivo	360
7.8.3.	Ônus da prova objetivo	360
7.8.4.	O ônus da prova como regra de julgamento	361
7.8.5.	Da distribuição fixa do ônus da prova.	361
7.8.6.	Exceções à regra estática	363
7.8.6.1.	Distribuição do ônus por convenção das <i>partes</i> :	363
7.8.6.2.	Distribuição do ônus por disposição legal	363
7.8.7.	Distribuição do ônus de forma “dinâmica”	364
7.8.7.1.	Propósito da distribuição dinâmica: a Prova diabólica.	365
7.8.8.	Momento da inversão do ônus da prova:	367
7.8.9.	Fatos que não dependem de prova	367

7.9. PRESUNÇÕES	368
7.10. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	369
7.10.1. Âmbito de incidência	369
7.10.2. Da ação probatória autônoma	370
7.10.3. Fundamento	373
7.11. PROVAS EM ESPÉCIE	373
7.11.1. Depoimento pessoal das <i>partes</i>	374
7.11.2. Da confissão	376
7.11.2.1. Definição de confissão	376
7.11.2.2. Conteúdo da confissão	376
7.11.2.3. Requisitos para a validade da confissão	377
7.11.2.4. Espécies de confissão	377
7.11.2.5. Efeitos e alcance da confissão quanto à <i>parte</i> e litisconsortes	377
7.11.2.6. Da possibilidade de anulação da confissão	378
7.11.2.7. Da indivisibilidade da confissão	378
7.11.3. Da prova documental	379
7.11.3.1. Da forma dos documentos	380
7.11.3.2. Generalidades dos documentos públicos	380
7.11.3.3. Dos originais dos documentos digitalizados e do título de crédito digital	381
7.11.3.4. Da autenticidade do documento	381
7.11.3.5. Documentos particulares	382
7.11.3.5.1. Da força probante dos documentos particulares	382
7.11.3.5.2. Telegramas, cartas, registros domésticos	382
7.11.3.5.3. Dos livros comerciais	383
7.11.3.5.4. Da exibição dos livros empresariais	384
7.11.3.6. Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	384
7.11.3.7. Das fotografias	384
7.11.3.8. Da falsidade documental	384
7.11.3.8.1. Do ônus da prova no caso de cessação da fé	385
7.11.3.9. Da Produção da Prova Documental	385
7.11.3.10. Manifestação da <i>parte</i> sobre o(s) documento(s) juntado(s) pela contraparte	385
7.11.3.11. Requisição da prova documental	386
7.11.4. Dos Documentos Eletrônicos	386
7.11.4.1. Da prova cibernética/telemática	386
7.11.5. Ata notarial	388
7.11.6. Da Exibição de Documento ou de Coisa	390
7.11.6.1. Características desse instituto	390
7.11.6.2. Modo de requerimento da medida	390
7.11.6.3. Prazo para requerer a medida	391
7.11.6.4. Documento em poder da <i>parte</i> contrária (ação em andamento): Opções do requerido na exibição promovida pela <i>parte</i> contrária	391
7.11.6.5. Das opções do terceiro na exibição de documento ou coisa em seu poder	392
7.11.6.6. Negativa de Exibição	393
7.11.7. Do incidente de falsidade documental	393
7.11.7.1. Conceito	393
7.11.7.2. Natureza declaratória da decisão que resolve o incidente	395
7.11.8. Da prova testemunhal	396
7.11.8.1. Da produção da prova testemunhal	397
7.11.8.2. Da incapacidade, do impedimento e da suspeição da testemunha	397
7.11.8.3. Da incapacidade	397
7.11.8.4. Capacidade parcial dos deficientes visuais e auditivos	398
7.11.8.5. Do impedimento	398
7.11.8.6. Da suspeição	398
7.11.8.7. Tomada de depoimento de testemunha estrangeira por <i>juiz</i> brasileiro	398
7.11.8.8. Do direito de recusa do depoimento	398
7.11.8.9. Da oitiva de testemunhas incapazes, impedidas ou suspeitas como “meros informantes”	399
7.11.8.10. Diferença entre mero informante e testemunha	399

7.11.8.11. Da prova exclusivamente testemunhal	400
7.11.8.11.1. Da prova escrita da obrigação	400
7.11.8.12. Do arrolamento do juiz da causa como testemunha	401
7.11.8.13. Testemunha autoridade e testemunha de fora da Comarca	401
7.11.8.14. Do compromisso e da inquirição da testemunha	402
7.11.8.15. Tomada de depoimentos	402
7.11.8.16. O instituto da contradita	403
7.11.8.16.1. Momento da contradita e seu processamento	403
7.11.8.17. Da testemunha referida	404
7.11.8.18. Do Arrolamento, intimação ou requisição da testemunha	404
7.11.8.18.1. Do prazo para relacionar as testemunhas	405
7.11.8.18.2. Intimação da testemunha	405
7.11.8.19. Substituição da testemunha	406
7.11.8.20. Momento do depoimento e tratamento conferido às testemunhas	406
7.11.8.21. Dos direitos da testemunha	406
7.11.8.22. Da acareação	406
7.11.8.23. Quadro sinótico	408
7.11.9. DA PROVA PERICIAL	410
7.11.9.1. Observações Iniciais	410
7.11.9.2. Importância da prova pericial	410
7.11.9.3. Prova técnica simplificada	411
7.11.9.4. Perícia consensual	411
7.11.9.5. Perícia extrajudicial	412
7.11.9.6. Do Processamento da prova pericial tradicional	412
7.11.9.7. Do processamento da prova pericial consensual	413
7.11.9.8. Do processamento da perícia técnica simplificada	414
7.11.9.9. Do processamento da prova pericial extrajudicial	414
7.11.9.10. Quesitos iniciais e complementares	414
7.11.9.11. Da ciência anterior e posterior da realização dessa Perícia Tradicional e na consensual	414
7.11.9.12. Da não vinculação do magistrado quanto ao laudo pericial	415
7.11.9.13. Destaques do laudo e do parecer do assistente técnico	415
7.11.9.14. Laudo com obscuridade, contrariedade ou omissão	416
7.11.9.15. Da Realização de nova perícia	416
7.11.9.16. Da Questão dos honorários periciais	416
7.11.9.17. Quadro sinótico	417
7.11.10. DA INSPEÇÃO JUDICIAL	419
7.11.11. AIJ. DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	421
7.11.11.1. Do adiamento/antecipação/redesignação da audiência	421
7.11.11.2. Da publicidade da audiência	421
7.11.11.3. Da Tomada dos depoimentos das partes	422
7.11.11.4. Da confissão provocada em razão de depoimento da parte	422
7.11.11.5. Da tomada do depoimento da testemunha	422
7.11.11.6. Do debate através de Alegações orais e dos Memoriais	423
7.11.11.7. Da ata (termo de audiência)	424

CAPÍTULO 8 - FASE DECISÓRIA 425

8.1. SENTENÇA 425

8.2. CLASSIFICAÇÕES DAS SENTENÇAS 427

8.2.1. Quanto à natureza de provimento jurisdicional	427
8.2.1.1. Sentença meramente declaratória	427
8.2.1.2. Sentença constitutiva	428
8.2.1.3. Sentença condenatória	428
8.2.1.4. Sentença executiva <i>latu sensu</i>	428
8.2.1.5. Sentença mandamental	428
8.2.2. Sentenças terminativa e definitiva	429
8.2.2.1. Sentença terminativa	429
8.2.2.2. Sentença definitiva	434
8.2.2.2.1. Sentença de mérito propriamente dita	434

8.2.2.2.2. Sentença homologatória: sentença de mérito <i>impura</i>	435
8.3. ELEMENTOS DA SENTENÇA.....	435
8.4. EFEITOS DA SENTENÇA.....	436
CAPÍTULO 9 - COISA JULGADA	438
9.1. CONTEXTO	438
9.2. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL	438
9.3. TRÂNSITO EM JULGADO PARCIAL.....	439
9.4. EFEITOS DA COISA JULGADA MATERIAL	440
9.4.1. Função negativa da coisa julgada.....	441
9.4.2. Função positiva da coisa julgada material	442
9.5. LIMITES DA COISA JULGADA MATERIAL	443
9.5.1. Limites objetivos.....	443
9.5.1.1. Questão prejudicial.....	443
9.5.2. Limites subjetivos.....	444
9.6. EFICÁCIA PRECLUSIVA DA COISA JULGADA MATERIAL	446
9.7. COISA JULGADA MATERIAL E RELAÇÕES JURÍDICAS CONTINUADAS	446
9.8. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA.....	447
9.8.1. Contexto	447
9.8.2. A coisa julgada material inconstitucional	447
9.8.3. Coisa julgada material injusta	448
CAPÍTULO 10 - REEXAME NECESSÁRIO.....	450
10.1. CONTEXTO	450
10.2. HIPÓTESES LEGAIS.....	450
PARTE III - DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC DE 2015	
CAPÍTULO 11 - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS – REGRAS PRÓPRIAS ..	455
11.1. CONTEXTO	455
11.2. LEGALIDADE	456
11.3. TAXATIVIDADE E TIPCIDADE FECHADA.....	456
11.4. EXCEPCIONALIDADE.....	456
11.5. INDISPONIBILIDADE.....	457
11.6. INFLEXIBILIDADE.....	457
11.7. INFUNGIBILIDADE.....	457
11.8. EXCLUSIVIDADE	458
CAPÍTULO 12 - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	459
12.1. INTRODUÇÃO	459
12.2. CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL	461
12.3. COMPETÊNCIA	463
12.4. LEGITIMIDADE	464
12.5. OBJETO DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	464
12.6. PROCEDIMENTO DA CONSIGNAÇÃO	465
12.6.1. Complementação do depósito	466
12.6.2. Consignações sucessivas de prestações.....	467
12.6.3. Dúvida acerca de quem é o credor	467
CAPÍTULO 13 - AÇÃO DE EXIBIR CONTAS.....	469
13.1. ÂMBITO DE INCIDÊNCIA DA EXIBIÇÃO DE CONTAS	469

13.2. CONDIÇÕES DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	469
13.3. NATUREZA DÚPLICE DA AÇÃO.....	470
13.4. COMPETÊNCIA.....	471
13.5. PROCEDIMENTO.....	471
CAPÍTULO 14 - DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	473
14.1. ABORDAGEM CONCEITUAL.....	473
14.2. ESPÉCIES.....	473
14.3. FUNGIBILIDADE.....	473
14.4. NATUREZA DÚPLICE DA AÇÃO.....	473
14.5. LEGITIMAÇÃO.....	474
14.6. INTIMAÇÕES OBRIGATÓRIAS.....	474
14.7. PROCEDIMENTO.....	474
14.8. CONCESSÃO DA LIMINAR.....	474
14.9. CAUÇÃO.....	475
14.10. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PRÉVIA.....	475
14.11. LITÍGIO COLETIVO PELA POSSE DO IMÓVEL.....	476
14.12. INTERDITO PROIBITÓRIO.....	476
CAPÍTULO 15 - DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	477
15.1. ABORDAGEM CONCEITUAL.....	477
15.2. PROCEDIMENTO.....	478
15.2.1. Ação De Demarcação.....	478
15.2.2. Ação De Divisão.....	479
CAPÍTULO 16 - DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	480
16.1. ABORDAGEM CONCEITUAL.....	480
16.2. CABIMENTO.....	481
16.3. PRETENSÕES POSSÍVEIS.....	482
16.4. LEGITIMIDADE.....	482
16.5. PROCEDIMENTO.....	483
CAPÍTULO 17 - DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA.....	486
17.1. INTRODUÇÃO.....	486
17.2. CUMULAÇÃO DE INVENTÁRIOS.....	487
17.3. INVENTÁRIO NEGATIVO.....	488
17.4. COMPETÊNCIA.....	489
17.5. QUESTÕES DE ALTA COMPLEXIDADE PROBATÓRIA (“ALTA INDAGAÇÃO.....	489
17.6. ADMINISTRADOR PROVISÓRIO.....	490
17.7. INVENTARIANTE.....	490
17.8. PROCEDIMENTO.....	493
17.8.1. Arrolamento Sumário.....	493
17.8.2. Arrolamento Comum.....	494
17.8.3. Procedimento Comum Do Inventário.....	495
17.8.3.1. Fase de inventário.....	495
17.8.3.2. Fase da partilha.....	498
CAPÍTULO 18 - DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.....	499

18.1. CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	499
18.2. LEGITIMIDADE	500
18.3. PROCEDIMENTO	504
CAPÍTULO 19 - DA OPOSIÇÃO	506
19.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	506
19.2. PROCEDIMENTO	507
CAPÍTULO 20 - DA HABILITAÇÃO	508
20.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	508
20.2. PROCEDIMENTO	509
CAPÍTULO 21 - DAS AÇÕES DE FAMÍLIA	511
21.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	511
21.2. CABIMENTO	511
21.3. TÉCNICAS DIFERENCIADAS	513
CAPÍTULO 22 - DA AÇÃO MONITÓRIA	518
22.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	518
22.2. CABIMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA	519
22.3. PROCEDIMENTO	521
22.3.1. Satisfação Da Obrigação	522
22.3.2. Omissão (Nada Dizer)	522
22.3.3. Embargos Ao Mandado Monitório	522
22.3.4. Pagamento Parcelado	524
CAPÍTULO 23 - DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	527
23.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	527
23.2. PROCEDIMENTO	527
23.2.1. Homologação Extrajudicial	528
23.2.2. Homologação Judicial	528
CAPÍTULO 24 - DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	531
24.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	531
24.2. PROCEDIMENTO	533
CAPÍTULO 25 - DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS	536
25.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	536
25.2. CABIMENTO	536
25.3. LEGITIMIDADE	537
25.4. COMPETÊNCIA	537
25.6. PROCEDIMENTO	537
CAPÍTULO 26 - DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO	
VOLUNTÁRIA	539
26.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	539
26.2. CARACTERÍSTICAS	539
26.3. NATUREZA JURÍDICA	540
26.4. PROCEDIMENTOS	542
26.4.1. Da notificação e da interpelação	544
26.4.2. Da alienação judicial	545
26.4.3. Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio	546
26.4.4. Dos testamentos e dos codicilos	547

26.4.5. Da herança jacente	548
26.4.6. Dos bens dos ausentes	551
26.4.7. Das coisas vagas	552
26.4.8. Da interdição	552
26.4.9. Disposições comuns à tutela e à curatela	555
26.4.10. Da organização e da fiscalização das fundações	557
26.4.11. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	558

PARTE IV - EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

SEÇÃO I - TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO CIVIL..... 560

CAPÍTULO 27 - A TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... 561

CAPÍTULO 28 - OS PRESSUPOSTOS E AS CONDIÇÕES DA AÇÃO NA RELAÇÃO PROCESSUAL EXECUTIVA..... 564

CAPÍTULO 29 - DICOTOMIA CLÁSSICA: EXECUÇÃO DIRETA (SUB-ROGAÇÃO) E INDIRETA (COERCITIVA) 566

CAPÍTULO 30 - TÉCNICAS PROCESSUAIS EXECUTIVAS..... 569

30.1. TUTELA ESPECÍFICA 569

30.2. TUTELA RESSARCITÓRIA NA FORMA ESPECÍFICA 572

30.3. TUTELA INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO 572

30.4. PRISÃO CIVIL 574

30.5. ASTREINTES 575

30.5.1. O que são 575

30.5.2. O valor da obrigação principal 576

30.5.3. Tempo para o cumprimento da obrigação 576

30.5.4. Dever de mitigação das perdas (*duty to mitigate the loss*) 576

30.5.5. Capacidade econômica e resistência do devedor 581

30.6. EXPROPRIAÇÃO..... 581

30.7. DESAPOSSAMENTO 581

30.8. TRANSFORMAÇÃO 582

30.9. DESCONTO EM FOLHA 582

30.10. PROTESTO 582

30.11. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO 583

30.12. AVERBAÇÃO NO REGISTRO CIVIL..... 583

30.13. TÉCNICAS EXECUTIVAS “ELETRÔNICAS”: INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD 584

CAPÍTULO 31 - CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS EXECUTIVOS 586

CAPÍTULO 32 - PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO..... 587

32.1. DEVIDO PROCESSO LEGAL 587

32.2. DO CONTRADITÓRIO NO PROCESSO DE EXECUÇÃO..... 587

32.3. *NULLA EXECUTIO SINE TITULO* E DA EXECUÇÃO SEM TÍTULO PERMITIDA..... 590

32.4. *NULLA TITULO SINE LEGE*..... 592

32.5. PRINCÍPIO DA *TIPICIDADE* E *ATIPICIDADE* DAS MEDIDAS EXECUTIVAS..... 592

32.6. PRINCÍPIO DA DISPONIBILIDADE DA EXECUÇÃO	599
32.7. PRINCÍPIO DA PATRIMONIALIDADE	600
32.8. PRINCÍPIO DA MENOR GRAVOSIDADE [MENOR ONEROSIDADE] ..	605
32.9. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA	606
32.9.1. Contexto no processo executivo	606
32.9.2. Boa-fé objetiva e os atos atentatórios à dignidade da justiça	612
32.9.2.1. Fraude à execução	613
32.9.2.2. Oposição maliciosa do executado ao andamento da execução	614
32.9.2.3. Ato que dificulta ou embaraça a realização da penhora	615
32.9.2.4. Resistência injustificada à ordem judicial	615
32.9.2.5. Não indicação de bens sujeitos à penhora	615
32.9.2.6. Da multa	616
32.10. DEMAIS PRINCÍPIOS APONTADOS PELA DOUTRINA	617
32.10.1. Desfecho único	617
32.10.2. Princípio da responsabilização do exequente por execuções indevidas	618
32.10.3. Princípio da autonomia	620
32.10.3.1. Concepção original do cpc de 73	620
32.10.3.2. Concepção reformista: o sincretismo processual	621
32.10.3.3. Primeira etapa "sincretista"	622
32.10.3.4. Segunda etapa "sincretista"	622
32.10.3.5. Terceira etapa "sincretista"	622
32.10.4. A autonomia do processo e a comunicação dos atos processuais	623
32.10.5. Conclusão acerca da autonomia do processo de execução	624
CAPÍTULO 33 - SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO	626
33.1. CONDIÇÕES DA AÇÃO EXECUTIVA	626
33.2. LITISCONSÓRCIO	627
33.3. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NA EXECUÇÃO	627
33.4. QUEM PODE EXECUTAR E SER EXECUTADO? PARTES NA EXECUÇÃO	629
33.4.1. Legitimidade ativa	631
33.4.2. Legitimidade passiva	634
CAPÍTULO 34 - RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	638
34.1. ÂMBITO DE ATUAÇÃO	638
34.2. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL SECUNDÁRIA	642
34.2.1. SUCESSOR, A TÍTULO SINGULAR	642
34.2.2. SÓCIO, NOS TERMOS DA LEI	642
34.2.3. BENS DO DEVEDOR, AINDA QUE EM PODER DE TERCEIROS	644
34.2.4. CÔNJUGE/COMPANHEIRO (A) MEEIRO	644
34.2.5. BEM ALIENADO OU ONERADO COM GARANTIA REAL EM FRAUDE À EXECUÇÃO	645
34.2.6. BEM ALIENADO OU ONERADO COM GARANTIA REAL EM FRAUDE CONTRA CREDORES	645
34.2.7. RESPONSABILIDADE EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO ATÍPICA DA PESSOA JURÍDICA	645
34.3. DIREITO DE SUPERFÍCIE	646
34.4. FRAUDE À EXECUÇÃO	647
34.5. DIREITO DE RETENÇÃO	647
34.6. A POSIÇÃO DO FIADOR	648
34.7. RELAÇÃO ENTRE SÓCIOS E SOCIEDADES EXECUTADAS	648
34.8. ESPÓLIO	649

CAPÍTULO 35 - TÍTULO EXECUTIVO: PONTO FUNDAMENTAL DA EXECUÇÃO	650
35.1. ÂMBITO DE ATUAÇÃO	650
35.2. DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO	650
35.3. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL	651
35.3.1. Decisão proferida em processo civil que reconheça a exigibilidade de obrigação. .	651
35.3.2. Decisão homologatória de autocomposição judicial: sentença homologatória . .	653
35.3.3. Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	653
35.3.4. Formal e certidão de partilha	654
35.3.5. Crédito do auxiliar da justiça aprovado judicialmente	654
35.3.6. Sentença penal condenatória transitada em julgado	655
35.3.7. Sentença arbitral	656
35.3.8. Sentença e decisão interlocutória estrangeira	657
35.3.9. Títulos judiciais e ação de execução autônoma pelo rito do cumprimento de sentença.	658
34.4. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	658
35.4.1. Títulos de crédito.	659
35.4.2. Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor.	661
35.4.3. Contrato assinado por duas testemunhas	661
35.4.4. Instrumento de transação	662
35.4.5. Contratos “garantidos”	662
35.4.6. Contrato de seguro de “vida” em caso de morte	663
35.4.7. Contrato de aluguel e acessórios	663
35.4.8. Crédito de foro ou laudêmio	664
35.4.9. Títulos formados unilateralmente pelo credor	664
35.4.9.1. Certidão da dívida ativa (cda)	664
35.4.9.2. Declaração de condomínio edilício das contribuições.	664
35.4.9.3. Certidão de serventia notarial ou de registro	664
35.5. TÍTULO EXECUTIVO ESTRANGEIRO	665
35.6. AÇÃO DE CONHECIMENTO DISCUTINDO O TÍTULO EXECUTIVO	665
35.7. OPÇÃO PELA AÇÃO DE CONHECIMENTO AO INVÉS DA EXECUÇÃO	666
CAPÍTULO 36 - NULIDADE DA EXECUÇÃO	667
CAPÍTULO 37 - PODERES GERENCIAIS DO JUIZ NA EXECUÇÃO	670
37.1. CONTEXTO DO CPC DE 2015.....	670
37.2. ANÁLISE CRÍTICA DO INSTITUTO.....	672
CAPÍTULO 38 - APLICABILIDADE SUBSIDIÁRIA DOS SISTEMAS EXECUTIVOS	674
CAPÍTULO 39 - CUMULAÇÃO DE AÇÕES DE EXECUÇÃO	675
CAPÍTULO 40 - COMPETÊNCIA JURISDICIONAL PARA PROCESSAR A EXECUÇÃO	676
40.1. NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARTIGO 516.....	676
40.2. COMPETÊNCIA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL ARTIGO 781.....	678
40.3. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	679
CAPÍTULO 41 - DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	680
41.1. CONTEXTO.....	680

41.2. CABIMENTO	680
41.3. MODALIDADES	680
SEÇÃO II - PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS EM ESPÉCIE	683
CAPÍTULO 42 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	684
42.1. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	685
42.1.1. Prévio requerimento para obrigações de pagar	685
42.1.2. Legitimidade passiva	685
42.1.3. Cumprimento sujeito a condição ou termo	685
42.1.4. A citação do devedor ao invés da intimação	685
42.1.5. Competência para a execução forçada de título judicial	687
42.1.6. Do protesto da decisão judicial transitada em julgado	688
42.1.6. Competência para conhecimento de incidentes na execução	688
42.1.7. Cumprimento de decisões de tutelas provisórias	688
42.2. CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA	688
42.2.1. Cumprimento das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa	689
42.2.2. Início do cumprimento de sentença	689
42.2.3. Intimação do executado	693
42.2.4. Cumprimento da obrigação	695
42.2.5. Não cumprimento da obrigação	696
42.3. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA	697
42.3.1. Contexto	698
42.3.2. Instrução: a carta de sentença	699
42.3.3. Caução no cumprimento provisório	700
42.3.4. Multa de 10% no cumprimento provisório	704
42.3.5. Responsabilidade executiva objetiva	705
42.3.6. Cumprimento provisório contra a fazenda pública	705
42.4. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	706
42.4.1. Notas sobre o direito material aos alimentos	706
42.4.1.1. Noções gerais sobre os Alimentos	706
42.4.1.2. Espécies de Alimentos	707
42.4.1.2.1. Quanto a natureza	707
42.4.1.2.2. Quanto à causa	707
42.4.1.2.3. Quanto ao momento de concessão	709
42.4.1.2.4. Quanto a finalidade	709
42.4.1.3. Resumo esquemático	710
42.4.2. Considerações sobre o procedimento (cumprimento de sentença)	710
42.5. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA	714
42.5.1. Considerações gerais	714
42.5.2. Procedimento do cumprimento de sentença	715
42.5.3. Regime jurídico do precatório	716
42.6. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA	721
42.6.1. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	721
42.6.2. Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	723

CAPÍTULO 43 - EXECUÇÕES FUNDADAS EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL	724
43.1. CONSIDERAÇÕES COMUNS À TODAS AS MODALIDADES OBRIGACIONAIS.	724
43.1.1. Incumbências ao executante	724
43.1.2. Obrigações alternativas	726
43.2. DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA	727
43.2.1. Da entrega de coisa certa	727
43.2.2. Da entrega de coisa incerta	728
43.3. DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER ..	729
43.3.1. Considerações gerais	729
43.3.2. Da obrigação de fazer	729
43.3.3. Da obrigação de não fazer	730
43.4. DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	730
43.4.1. Fase postulatória	730
43.4.1.1. Considerações gerais	730
43.4.1.2. Petição inicial	731
43.4.1.3. Da admissibilidade da petição inicial	733
43.4.1.4. Da certidão para averbação	733
43.4.1.5. Da Citação do Devedor e do Arresto	736
43.4.1.5.1. Do mandado de citação	736
43.4.1.5.2. Arresto executivo	736
43.4.2. Fase Instrutória da execução: penhora, do depósito e da avaliação ..	741
43.4.2.1. Da penhora	741
43.4.2.1.1. Do Objeto da Penhora	742
43.4.2.1.2. Bens impenhoráveis	742
43.4.2.1.2.1. Bens absolutamente impenhoráveis	742
43.4.2.1.2.1.1. Bem de família convencional	747
43.4.2.1.2.1.2. Bem de família legal (Lei 8.009/90)	748
43.4.2.1.2.1.3. Bens relativamente impenhoráveis	750
43.4.2.1.3. Ordem dos bens a serem penhoráveis	750
43.4.2.1.4. Âmbito de não incidência da penhora	752
43.4.2.1.5. Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito ..	752
43.4.2.1.6. Intimação da penhora	753
43.4.2.1.7. Do Lugar de Realização da Penhora	754
43.4.2.1.7.1. Impedimento de realização da penhora: ordem de arrombamento ..	754
43.4.2.1.8. Das Modificações da Penhora	755
43.4.2.1.8.1. Resolução ou ampliação da penhora	757
43.4.2.1.8.2. Nova penhora	757
43.4.2.1.9. Alienação antecipada dos bens penhorados	757
43.4.2.1.10. Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira ..	758
43.4.2.1.11. Da Penhora de Créditos	760
43.4.2.1.12. Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas ..	762
43.4.2.1.13. Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes ..	762
43.4.2.1.14. Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa	764
43.4.2.1.15. Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel ..	764
43.4.2.2. Da Avaliação	765
43.4.3. Da Fase Expropriatória de Bens	767
43.4.3.1. Da Adjudicação	767
43.4.3.2. Da Alienação	770
43.4.4. Fase Satisfativa do Crédito	781
43.5. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	782
43.6. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	782
43.7. EXECUÇÃO FISCAL	783
43.7.1. Considerações gerais	783
43.7.2. Do procedimento executivo fiscal	784
43.7.2.1. Considerações iniciais	784
43.7.2.2. Legitimidade para executar	787

43.7.2.3. O Título Executivo da Fazenda Pública: Certidão da Dívida Ativa	790
43.7.2.4. Competência	790
43.7.2.5. Petição inicial na execução fiscal	791
43.7.2.6. Admissibilidade da execução fiscal.	792
43.7.2.7. Citação	793
43.7.2.8. Garantia da dívida	793
43.7.2.9. Ordem dos bens a serem penhorados	794
43.7.2.10. Dos Embargos à Execução	796
43.7.2.11. Expropriação dos bens	798
43.7.2.12. Recursos	801
43.7.2.13. Súmula 314 do STJ: suspensão do processo	801
CAPÍTULO 44 - DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.	802
CAPÍTULO 45 - DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	804
CAPÍTULO 46 - ACERCA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	805
SEÇÃO III - MEIOS DE DEFESA DO EXECUTADO	806
CAPÍTULO 47 - EMBARGOS À EXECUÇÃO.	807
47.1. CONTEXTO	807
47.2. MATÉRIAS ALEGÁVEIS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO.	808
47.2.1. Inexequibilidade do título	808
47.2.2. Inexigibilidade da obrigação	808
47.2.3. Penhora incorreta	808
47.2.4. Avaliação errônea.	809
47.2.5. Excesso de execução.	809
47.2.6. Cumulação indevida de execuções	809
47.2.7. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa.	810
47.2.8. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	810
47.2.9. Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento	811
47.3. PROCEDIMENTO	811
47.4. EFEITO SUSPENSIVO	812
CAPÍTULO 48 - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	814
48.1. ESTRUTURA	814
48.2. EFEITO SUSPENSIVO	815
48.3. MATÉRIAS ALEGÁVEIS NA IMPUGNAÇÃO.	815
48.3.1. Falta ou nulidade de citação no procedimento de conhecimento	816
48.3.2. Ilegitimidade de parte	817
48.3.3. Inexequibilidade do título e inexigibilidade da obrigação exequenda	817
48.3.4. Penhora incorreta e avaliação errônea.	817
48.3.5. Excesso de execução.	818
48.3.6. Incompetência absoluta ou relativa	818
48.3.7. Causa modificativa ou extintiva da obrigação exequenda	819
48.4. PROCEDIMENTO NA IMPUGNAÇÃO	820
CAPÍTULO 49 - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.	822
MEIOS DE DEFESA DO DEVEDOR – QUADRO SINÓTICO	832
PARTE V - PRECEDENTES E PROCEDIMENTOS NOS TRIBUNAIS	
CAPÍTULO 50 - SISTEMA DE PRECEDENTES	835

50.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS PRECEDENTES	835
50.2. FUNÇÃO <i>NOMOFILÁCICA</i>	836
50.3. A DECISÃO JURÍDICA	843
50.4. PRECEDENTES VINCULANTES: NOTAS SOBRE O ARTIGO 927 DO CPC DE 2015	845
50.4.1. Aplicação obrigatória dos precedentes.....	845
50.4.1.1. Acórdão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	845
50.4.1.2. <i>Simula</i> vinculante.....	846
50.4.1.3. Precedentes vinculantes em IRDR e IAC.....	846
50.4.1.4. <i>Simulas</i>	846
50.4.1.5. Orientação do plenário ou órgão especial.....	846
50.5. O PRECEDENTE NO <i>COMMON LAW</i>	847
50.6. PRECEDENTES E A DECISÃO DE APLICAÇÃO	848
50.7. A FUNDAMENTAÇÃO VINCULANTE	848
50.8. DEVERES <i>INSTITUCIONAIS</i> DOS TRIBUNAIS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES	848
50.8.1. Dever de publicidade.....	848
50.8.2. Dever de uniformização art. 926, Caput.....	849
50.8.3. Dever de estabilidade.....	849
50.8.4. Dever de integridade.....	849
50.8.5. Dever de coerência.....	850
50.9. ÂMBITO DE NÃO ATUAÇÃO DA <i>EFICÁCIA VINCULANTE</i>	851
50.9.1. Distinguishing.....	851
50.9.2. Overruling.....	853
50.9.3. Overriding, anticipatory overruling e signaling.....	854
CAPÍTULO 51 - ORGANIZAÇÃO DOS JULGAMENTOS NO TRIBUNAL	856
51.1. <i>PODERES DO RELATOR</i>	856
51.2. PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO.....	858
51.3. TÉCNICA DE JULGAMENTO NÃO UNÂNIME.....	860
51.4. O <i>ACÓRDÃO</i>	861
51.5. RELAÇÃO ENTRE JULGAMENTO DA APELAÇÃO E AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	861
CAPÍTULO 52 - INCIDENTES NOS TRIBUNAIS	862
52.1. IAC – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	862
52.2. IRDR – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	864
52.2.1. Cabimento.....	865
52.2.2. Legitimidade.....	866
52.2.3. Competência.....	866
52.2.4. Instauração do irdr.....	867
52.3. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	868
52.4. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	869
CAPÍTULO 53 - AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NOS TRIBUNAIS	872
53.1. AÇÃO RESCISÓRIA.....	872
53.1.1. Natureza jurídica.....	872
53.1.2. Rescindibilidade.....	872
53.1.3. Objeto da rescisão.....	873

53.1.4. Vícios rescisórios	874
53.1.4.1. Prevaricação, concussão e corrupção passiva do magistrado.....	875
53.1.4.2. Impedimento do <i>juiz</i> e incompetência absoluta do juízo.....	876
53.1.4.3. Dolo da <i>parte</i> vencedora ou colusão entre as <i>partes</i>	876
53.1.4.4. Ofensa à coisa julgada	877
53.1.4.5. Violar literal disposição de lei	877
53.1.4.6. Falsidade probatória	878
53.1.4.7. Prova nova	878
53.1.4.8. Erro de fato.....	879
53.1.5. Legitimidade	880
53.1.6. Procedimento	880
53.2. RECLAMAÇÃO	882
53.2.1. Conceito	882
53.2.2. Natureza jurídica	882
53.2.3. Cabimento	883
53.3. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA	
CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	886
53.3.1. Contexto	886
53.3.2. Cabimento	886
53.3.3. Requisitos para a homologação	887
PARTE VI - RECURSOS	
CAPÍTULO 54 - RECURSOS: CONCEITO	892
CAPÍTULO 55 - SUCEDÂNEOS RECURSAIS	894
55.1. SUCEDÂNEOS INTERNOS	895
55.1.1. Reexame necessário ou remessa obrigatória	895
55.1.2. Correição parcial	896
55.1.3. Pedido de reconsideração	896
55.1.4. Notas sobre o incidente processual de suspensão de segurança	896
55.2. SUCEDÂNEOS EXTERNOS	896
CAPÍTULO 56 - CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	898
CAPÍTULO 57 - EFEITO DOS RECURSOS	900
57.1. EFEITO OBSTATIVO	900
57.2. EFEITO DEVOLUTIVO	900
57.2.1. Dimensão horizontal	900
57.2.2. Dimensão vertical	901
57.3. EFEITO SUSPENSIVO	901
57.3.1. Próprio (<i>ope legis</i>)	902
57.3.2. Impróprio (<i>ope iudicis</i>)	902
57.4. EFEITO TRANSLATIVO	904
57.5. EFEITO EXPANSIVO	905
57.6. EFEITO SUBSTITUTIVO	906
57.7. EFEITO REGRESSIVO	907
CAPÍTULO 58 - PRINCÍPIOS RECURSAIS	908
58.1. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	908
58.2. PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE	909
58.3. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE	910
58.4. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE	910
58.5. PROIBIÇÃO DA REFORMA EM PREJUÍZO (PROIBIÇÃO DA	
REFORMATIO IN PEJUS)	912

58.6. PRINCÍPIO DA COMPLEMENTARIEDADE	913
58.7. PRINCÍPIO DA CONSUMAÇÃO	913
CAPÍTULO 59 - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL	914
59.1. ESPECIFICAMENTE SOBRE O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	914
59.1.1. Requisitos intrínsecos	916
59.1.1.1. Cabimento	916
59.1.1.2. Legitimidade	916
59.1.1.3. Interesse	916
59.1.1.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	917
59.1.2. Requisitos extrínsecos	918
59.1.2.1. Tempestividade	918
59.1.2.2. Regularidade formal	918
59.1.2.3. Preparo	919
59.1.3. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade	919
59.2. JUÍZO DE MÉRITO RECURSAL	920
CAPÍTULO 60 - RECURSO ADESIVO	922
CAPÍTULO 61 - APELAÇÃO	924
61.1. ABORDAGEM CONCEITUAL	924
61.2. CABIMENTO	924
61.3. ADMISSIBILIDADE DA APELAÇÃO	926
61.4. EFEITOS DA APELAÇÃO	927
61.5. ALGUNS PROBLEMAS ADVINDOS DA APELAÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA	928
61.5.1. Interesse recursal	928
61.5.2. Preparo	928
61.5.3. Efeito suspensivo	928
61.5.4. Contrarrazões de apelação	929
61.6. PROCEDIMENTO NA APELAÇÃO	929
61.7. NOVAS QUESTÕES DE FATO	930
61.8. TEORIA DA CAUSA MADURA	931
CAPÍTULO 62 - AGRAVO DE INSTRUMENTO	932
62.1. CONTEXTO DO AGRAVO NO SISTEMA RECURSAL	932
62.2. CABIMENTO	933
62.3. INTERPRETAÇÕES DOS INCISOS DO ARTIGO 1.015	935
62.4. AGRAVO DE INSTRUMENTO E A SEGURANÇA JURÍDICA: TOMADA DE POSIÇÃO	937
62.5. PROCEDIMENTO	940
62.6. EFEITOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO	941
CAPÍTULO 63 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	942
63.1. PARTE ESTRUTURAL	942
63.2. NATUREZA JURÍDICA	942
63.3. CABIMENTO	942
63.4. PROCEDIMENTO	943
63.4.1. Efeito interruptivo	944
63.4.2. Intempestividade do recurso prematuro (" <i>ante tempus</i> ")	944
63.4.3. Recurso manifestamente protelatório	945
63.4.4. Efeito modificativo ou infringente	945
CAPÍTULO 64 - AGRAVO INTERNO	947

CAPÍTULO 65 - RECURSO ESPECIAL.....	951
65.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	951
65.2. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE PRÓPRIOS.....	952
65.2.1. Decisão em única ou última instância.....	952
65.2.2. Decisão proferida por tribunal.....	952
65.2.3. Prequestionamento.....	953
65.2.4. Vedação de (re)discussão fática.....	954
65.3. PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS.....	954
65.3.1. Primeira hipótese: decisão que contrariar ou negar vigência à tratado ou lei federal.....	954
65.3.2. Segunda hipótese: decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	955
65.3.3. Terceira hipótese: decisão que der interpretação divergente à norma federal que lhe tenha atribuído outro tribunal.....	955
CAPÍTULO 66 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	957
66.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	957
66.2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PRÓPRIOS.....	958
66.2.1. Decisão de única ou última instância.....	958
66.2.2. Prequestionamento.....	959
66.2.3. Vedação de rediscussão fática.....	959
66.2.4. Repercussão geral.....	959
66.3. PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS PARA CABIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	962
66.3.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	962
66.3.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	962
66.3.3. Decisão que declara válida lei ou ato de governo local, contestado em face da constituição federal.....	962
66.3.4. Decisão que declara válida lei de governo local, contestada em face de lei federal.....	962
66.4. PROCEDIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....	963
66.4.1. Confusão entre cabimento (admissibilidade) e o mérito recursal.....	964
66.4.2. Efeito dos recursos extraordinário e especial.....	965
66.4.3. Julgamento repetitivo do RE e REsp.....	967
CAPÍTULO 67 - AGRAVO CONTRA A INADMISSIBILIDADE DO REsp e RE.....	969
67.1. CABIMENTO.....	969
67.2. PROCEDIMENTO.....	970
CAPÍTULO 68 - EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	971
68.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	971
68.2. CABIMENTO.....	972
CAPÍTULO 69 - RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	973
69.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	973
69.2. CABIMENTO.....	974
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	975